

Governo dos EUA pressiona para fechamento imediato do acordo

por Paulo Sotero
de Washington

Sob intensa pressão do governo dos Estados Unidos, os representantes do governo brasileiro e dos bancos credores iniciaram uma corrida contra o tempo, na tarde de ontem, para fechar um acordo de suspensão da moratória. De acordo com uma qualificada fonte da área monetária do governo dos Estados Unidos, os problemas de estrutura do acordo e do 'spread' já haviam sido superados no final da tarde de ontem e as duas partes estavam muito perto de um acordo que poderia ser anunciado ainda na noite de ontem. Segundo indicações dadas pela mesma fonte, a estrutura do acordo não mais comportaria a abertura de uma "escrow account", ou conta especial, no Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), pelo menos no formato em que ela fora originalmente proposta. Sintomaticamente, funcionários do Federal Reserve Board — Fed, o banco central dos EUA, e do Departamento de Tesouro faziam um plantão noturno, ontem, para manter a pressão e forçar um acordo.

Preocupado com o aparente impasse a que as duas partes haviam chegado na quarta-feira, o Fed — que articulava juntamente com o Departamento de Tesouro e, em consulta com o governo brasileiro, a proposta apresentada aos bancos no início da semana passada — comunicou às duas partes, na manhã de

ontem, que o prazo-limite para o acerto se esgotava à meia-noite. Depois disso, seria colocado em movimento o processo para a reclassificação dos empréstimos dos bancos norte-americanos ao Brasil. Em resposta, o chefe da delegação brasileira, Fernão Bracher, disse que o governo brasileiro também havia estabelecido o mesmo prazo e que ele estava sob instruções do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira para retornar ao Brasil hoje, com ou sem acordo.

No início da reunião de ontem, era de apenas 1/16 de 1%, ou seja, de 0,0625%, a diferença que separava os dois lados em relação ao "spread" (taxa de risco) que os bancos cobrarão pelo dinheiro que colocarão para refinarçar uma parte dos juros vencidos de 1987. O Brasil propusera, inicialmente, pagar 0,625% sobre Libor, diante da oferta dos bancos, de cobrar 1,125%.

O problema mais difícil, que impedira o acordo na véspera, surgiu quando os bancos começaram a levantar dúvidas de vários tipos sobre a "escrow account" do BIS e passaram a exigir maiores garantias oficiais. A certa altura, o Banco Mundial esteve envolvido nas negociações.

De acordo com fontes financeiras, há dois problemas com a fórmula da "escrow account", na qual o Brasil e os bancos depositariam, até meados de janeiro, um total de US\$ 4,5 bilhões, na proporção de um terço e dois terços, respectivamente. O primeiro é a

baixa remuneração que o BIS daria aos depósitos, pelo tempo que ele estivesse depositado. O BIS, que é uma espécie de banco central internacional, paga bem abaixo da Libor por depósitos. Isso colocaria os bancos numa posição de ter de pagar para deixar o dinheiro no BIS. Segundo uma fonte do comitê, o governo brasileiro chegou a oferecer o pagamento de uma taxa de 0,25%, para diminuir as perdas dos bancos e tornar o negócio mais atraente.

De imediato, essa dificuldade suscitou problemas contábeis para os bancos. Mais importante, porém, ela forneceu mais um forte argumento para que vários grandes bancos, especialmente alemães, ingleses, canadenses e japoneses, reafirmassem ao comitê a sua recusa em participar da "escrow account". A disposição dos bancos de participar parecia ser, ontem, o principal obstáculo para um acordo. Mais de um grande banco japonês já deixou claro ao comitê que não fará nenhum depósito antes de o Brasil firmar um acordo com o FMI. Bancos europeus já indicaram idêntica disposição. Com exceção do Lloyd's, os bancos ingleses preferem capitalizar uma parte dos juros não pagos de 1987 a fazer novos empréstimos para o Brasil. O mesmo ocorre com bancos alemães.

Os bancos estão pedindo maiores garantias oficiais para o acordo, através, possivelmente, de uma

participação importante, mas ainda não definida, do banco mundial, no acerto.

Na semana passada, o presidente do comitê de bancos, William R. Rhodes, já reconhecera o problema, afirmando a este jornal que "os europeus e japoneses não gostam (da proposta), pois a consideram uma solução de um problema (que é só) dos bancos norte-americanos." Prevendo que ontem seria o dia decisivo, no qual a negociação ou terminaria com um acordo, ou fracassaria, uma fonte do comitê de bancos acrescentou, contudo, que o anúncio de um entendimento pode não garantir sua implementação. "Basicamente, o acordo é mau para todos os lados".

Indagado sobre a relutância dos bancos europeus e japoneses em participar do acordo, o alto funcionário do governo norte-americano ouvido por este jornal reconheceu que se tratava de um problema e salientou que "a única forma de fazê-los embarcar é ter primeiro um acordo. O que se está buscando é uma moldura, no interior da qual as peças podem ser mexidas". A fonte acrescentou que um eventual rompimento das negociações, por parte do governo brasileiro, seria recebido com total surpresa em Washington, "pois Bracher tem negociado com a disposição de quem quer um acordo. Se não for esta a sua intenção, ele é muito melhor ator do que eu acho que ele é".